



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Alagoas

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
*CAMPUS MURICI*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E PRÁTICAS SOCIAIS

MARIA GRAZIELLE GOULART

**REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NO DISCURSO RELIGIOSO:  
CONSTITUIÇÕES E ATRAVESSAMENTOS**

MURICI  
2023

MARIA GRAZIELLE GOULART

**REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NO DISCURSO RELIGIOSO:  
CONSTITUIÇÕES E ATRAVESSAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-graduação em Linguagem e Práticas Sociais do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Murici, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Linguagem e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Aguimario Pimentel Silva

MURICI

2023



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
***Campus Murici***  
**Biblioteca Professor Cícero Vieira de Araújo**

---

G694r Goulart, Maria Grazielle.  
Representações do feminismo no discurso religioso: constituições e atravessamentos /  
Maria Grazielle Goulart.- 2023.  
41f.

Arquivo no Formato PDF do Trabalho Acadêmico.

Orientação: Prof. Dr. Aguimario Pimentel Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Linguagem e Práticas Sociais)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Murici. Murici,  
2023.

1. Feminismo                      2. Mulheres                      3. Religião                      4. Representação  
5. Estereotipagem                      I. Título.

CDD: 202.082

---

**Lucicláudia Silva dos Santos**  
**Bibliotecária — CRB-4/2115**



A todas as mulheres que reivindicaram e ainda reivindicam o acesso feminino à educação.

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL  
CAMPUS MURICI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E PRÁTICAS  
SOCIAIS – PPGLPS**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

MARIA GRAZIELLE GOULART

**Título do trabalho:**

**REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NO DISCURSO RELIGIOSO:  
CONSTITUIÇÕES E ATRAVESSAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para obtenção do título de **ESPECIALISTA** em Linguagem e Práticas Sociais, pelo Instituto Federal de Alagoas / *Campus* Murici, pela seguinte banca examinadora:

**Banca Examinadora:**

**Presidente:**



Prof. Dr. Aquimario Pimentel Silva (IFAL/PPGLPS)

**Examinadores:**



Prof. Dr. Carlos Alexsandro de Carvalho Souza (IFAL/PPGLPS)



Prof.<sup>a</sup> Ma. Ivana Siqueira Teixeira (UFPB)

Murici/AL, 22 de maio de 2023

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, na pessoa de Jesus Cristo, pela graça da vivência acadêmica, aperfeiçoando os dons concedidos a mim pelo Espírito Santo e colaborando, sob essas especificidades, na manutenção de Sua obra neste mundo. Sou grata, também, à Santíssima Virgem Maria, Senhora das Dores e das Graças, por todo o amparo durante a realização deste estudo, pela doçura de Seu amor, que se fez e se faz presente nos momentos de cansaço e de dificuldade, pela poderosa intercessão ao me alcançar de Deus as graças das quais necessitava para a concretização desta jornada e tantas outras além do que eu poderia pedir. A Ela, mulher, mãe de Deus e minha, consagro todo o meu fazer. Agradeço, ainda, ao glorioso São Bento pela poderosa intercessão e pelo sustento desde o início da minha caminhada acadêmica, por sua sabedoria, seriedade e serenidade, que tanto me ajudaram ao longo desses anos.

Agradeço à minha família pelos constantes incentivo e apoio no que se refere à educação. De maneira especial, direciono meus agradecimentos ao meu pai, Luciano, por, desde a mais tenra idade, priorizar os meus estudos e me incentivar a seguir por este caminho, me fazendo acreditar que sou capaz de alcançar tudo o que almejo através da minha dedicação e do seu apoio incondicional. Ademais, agradeço, particularmente, à minha mãe, Mara, uma mãe extraordinária, uma mulher belíssima, comportando todos os sentidos mais honestos deste adjetivo, por todo o cuidado e dedicação, dedicação essa, na maior parte de sua vida, exclusiva à família, fazendo-a uma mulher ainda mais extraordinária, vista sua entrega às funções mais árduas e mais nobres que uma mulher pode exercer. Aliás, este adjetivo também lhe cai bem: nobre. Nobreza de me apresentar uma imensidão de possibilidades por meio da educação, nobreza de tornar a educação o meu destino, mesmo ela já tendo sido palco de tantas complexidades para nós. Me assujeitando às limitações da língua, não posso dizer muitos pontos mais, pois eles a extrapolam. Eternamente, muito amor e gratidão, mãe!

Sou grata ao meu namorado, Thiago, pelo constante incentivo, por todo auxílio, sempre à disposição para tal, bem como pela compreensão nos momentos de exaustão, pela paciência e pelo reconfortante amor, sendo meu ponto de apoio e de paz em qualquer adversidade.

Agradeço, junto à admiração e ao respeito, a todos os professores da pós-graduação, docentes exemplares, que, cada um à sua maneira e em sua área, contribuíram profundamente para o avanço do meu conhecimento, possibilitando, através de seus ricos ensinamentos, a conclusão desta etapa tão importante para mim. De forma particular, agradeço ao meu orientador, professor Agumario Pimentel Silva, pelo aceite da orientação desta pesquisa e por

tê-la feito com tanto esmero, demonstrando ainda mais o quão admirável é enquanto professor e pesquisador; a vastidão de seu conhecimento e seu fazer docente me inspiraram desde sua primeira aula. Por tudo, gratidão, professor Aguimario!

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, fizeram parte desse percurso, colaborando com meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Gratidão a todos!

Com os lábios, o hipócrita arruína o seu próximo, mas os justos serão salvos pela ciência.

Pr. 11:9.

## RESUMO

Devido às crescentes discussões acerca do movimento feminista, envolto, desde sua concepção, em questionamentos oriundos de instituições religiosas, bem como sobre os papéis sociais das mulheres, esta pesquisa trata da observação e da análise da representação constituída acerca desses temas pela Igreja Católica, tendo em vista sua hegemonia enquanto instituição de regulação social, assim como os atravessamentos discursivos que a amparam. Para tal, três vídeos foram selecionados no *site* católico Padre Paulo Ricardo, haja vista sua popularidade e relevância no meio católico. Os vídeos foram elencados a partir da pesquisa das palavras “feminismo” e “mulher” no *site* em questão e divididos em excertos, que foram transcritos e analisados com base nos estudos de análise da conversação. Para compreender a construção das representações observadas, foi essencial o embasamento nos estudos de representação, principalmente a partir dos autores Serge Moscovici e Stuart Hall, com ênfase neste último e em seu conceito de estereotipagem. Então, o objetivo geral deste trabalho é analisar as representações constituídas pela Igreja Católica sobre o feminismo e sobre as mulheres e seus papéis sociais, observando os atravessamentos discursivos que embasam essa constituição, e compará-las às representações feministas sobre o próprio movimento e sobre as mulheres. Em comparação com as representações dos tópicos apresentadas por outras fontes, consonantes ao feminismo, foi verificado que a representação da Igreja sobre o feminismo e sobre os papéis sociais é atravessada por discursos políticos e científicos, além do religioso, e também que ela é altamente estereotipada, concebendo como naturais funções que são socioculturais, regulando, assim, os corpos e as vidas femininas, enquanto as expõe a perigos concretos.

**Palavras-chave:** feminismo; mulheres; religião; representação; estereotipagem.

## ABSTRACT

Due to the growing discussions about the feminist movement, involved, since its conception, in questions arising from religious institutions, as well as about the social roles of women, this research deals with the observation and analysis of the representation constituted about these themes by the Catholic Church, seen its hegemony as an institution of social regulation, as well as the discursive crossings that support it. For this, three videos were selected on the Catholic website Padre Paulo Ricardo, given their popularity and relevance among the Catholic world. The videos were listed based on the search for the words “feminism” and “woman” on the site in question and were divided into excerpts, which were transcribed and analyzed with support from conversation analysis studies. In order to understand the construction of the observed representations, it was essential to base oneself on representation studies, mainly through the authors Serge Moscovici and Stuart Hall, with emphasis on the latter, given his concept of stereotyping. So, the general objective of this work is to analyze the representations constituted by the Catholic Church about feminism and about women and their social roles, observing the discursive crossings that underlie this constitution, and compare them to the feminist representations about the movement itself and about the women. In comparison with the representations of the topics presented by other sources, consonant with feminism, it was verified that the representation of the Church on feminism and on social roles is crossed by political and scientific discourses in addition to the religious one, and also that it is highly stereotyped, conceiving as natural functions that are sociocultural, thus regulating female bodies and lives, while exposing them to concrete dangers.

**Keywords:** feminism; women; religion; representation; stereotyping.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>12</b>
2.1	Serge Moscovici e a Teoria das Representações Sociais	12
2.2	Stuart Hall: representação e estereotipagem	14
2.3	Diálogos entre Serge Moscovici e Stuart Hall	18
2.4	Feminismo	20
2.5	Discurso religioso	22
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISES E DISCUSSÕES</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tornou-se frequente, hodiernamente, observar efusivas discussões acerca de temas sociais por vezes sensíveis, como o feminismo, movimento cercado de relutâncias desde seu surgimento e envolto em contestações aos papéis sociais ocupados pelas mulheres. O cenário político brasileiro nos anos recentes potencializou, através do fundamentalismo religioso cristão, posicionamentos antagônicos aos do movimento feminista, favorecendo a constituição de concepções questionáveis acerca do movimento, que, uma vez amparadas em um discurso religioso, são defendidas de forma veemente, recusando contestações. Essas concepções constituídas e compartilhadas sobre o mundo e seus fenômenos são entendidas, aqui, como representações sociais. Neste trabalho, os teóricos dos estudos da representação discutidos são o psicólogo social romeno Serge Moscovici, que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais, e o filósofo jamaicano Stuart Hall, que desenvolve estudos sobre representação e estereotipagem.

Visto isso, é pertinente, então, analisar os atravessamentos discursivos que amparam a constituição das representações religiosas sobre o feminismo e sobre os papéis sociais femininos, por conta dos efeitos sociais concretos que a assimilação de representações religiosas ocasiona, afinal elas não apenas representam o real, mas interferem diretamente na concretude dele ao regular o comportamento da sociedade (ITUASSU, 2016, p. 13). A religião enfocada será a cristã em sua vertente católica, visto o crescimento das manifestações cristãs, expondo a assimilação de suas representações, além de o Brasil ser considerado o país mais católico do mundo, segundo dados de 2023 da Fundação Nazaré de Comunicação (NAZARÉ, 2023).

Dentro dessas delimitações, o *site* Padre Paulo Ricardo foi definido como pertinente para recolhimento do *corpus* de análise, haja vista a sua relevância e popularidade no meio católico. Nesse *site*, foram selecionados três vídeos para comporem o principal *corpus* de análise: “Feminismo, o maior inimigo das mulheres”, publicado em 02 de fevereiro de 2012, com 17 minutos e 22 segundos de duração; “O ódio ao feminino”, publicado em 27 de novembro de 2012, com 49 minutos e 15 segundos de duração; e “O que está por trás do ‘empoderamento’ das mulheres?”, publicado em 08 de março de 2023, com 35 minutos e 06 segundos de duração, sendo este um áudio com uma imagem parada. Os vídeos não foram integralmente analisados: os recortes mais pertinentes à pesquisa foram separados e transcritos, em norma-padrão, de acordo com a Tabela de Convenção de Transcrição (GARCEZ; BULLA; LODER; 2014, p. 272). Possibilitadas pela transcrição, as análises foram feitas mediante as

marcas linguísticas explicitadas, averiguando-se, além de outros detalhes, a constituição das representações já mencionadas e comparando-as com outras representações dos mesmos fenômenos.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as representações constituídas pela Igreja Católica sobre o feminismo e sobre as mulheres e seus papéis sociais, observando os atravessamentos discursivos que embasam essa constituição, e compará-las às representações feministas sobre o próprio movimento e sobre as mulheres. Para tal, os objetivos específicos são: analisar as representações religiosas acerca dos papéis sociais das mulheres e do movimento feminista a partir da observação analítica das estruturas lexicais e da própria fala, visto o *corpus* composto por vídeos, com o apoio dos estudos de análise da conversação, possibilitados pela transcrição das falas sob as normas da Tabela de Convenção de Transcrição (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 272); apontar os atravessamentos discursivos que corroboram as constituições representativas observadas; explicitar as diferenças entre as representações religiosa e feminista; ponderar as possíveis consequências sociais concretas motivadas por representações estereotipadas.

Intencionando maior organização e entendimento, este trabalho está dividido nas seguintes macroseções: referencial teórico, metodologia, análises e discussões e considerações finais. A seção de referencial teórico aborda, em três subseções, as noções de representação social para o psicólogo social Serge Moscovici, precursor dessa conceituação, e para o sociólogo construtivista Stuart Hall, que desenvolve conceitos singulares no que se refere a representações, relacionando-as, depois, em suas semelhanças e distinções. Em outras duas subseções, são tratadas as noções de feminismo, enquanto um movimento sociopolítico, e de discurso religioso, em suas características e estratégias reguladoras. Na seção seguinte, a metodologia de pesquisa é descrita, assim como os critérios de escolha e delimitação do *corpus* de análise e a contextualização das mídias nas quais ele foi veiculado. As análises e discussões abarcam os recortes materiais recolhidos no corpus e as análises feitas sobre eles sob a luz das teorias elucidadas na seção anterior. Por fim, as considerações finais sintetizam a pesquisa, inferindo resultados e apontando as ancoragens teóricas que os sustentam, além de retomar os objetivos propostos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos da representação social seguem muitas linhas que, na mesma medida em que se aproximam, se afastam em determinados pontos. Sendo assim, duas noções de representação, de dois autores distintos, serão abordadas neste trabalho. Visando uma melhor elucidação, elas serão explicadas separadamente a seguir.

### 2.1 Serge Moscovici e a Teoria das Representações Sociais

Oriunda da psicologia social, sendo seu maior nome o romeno Serge Moscovici, a Teoria das Representações Sociais é fundamental no estudo das representações. O fenômeno da representação refere-se à ideia que se constrói sobre algo ou alguém, ou seja, sobre o mundo. As representações partem da socialização de conhecimentos (DURAN, 2012) e são diretamente motivadas pelo meio no qual os indivíduos estão inseridos, refletindo aspectos de instituições sociais, principalmente a família. Dessa maneira, uma representação social é a perspectiva constituída a partir do que o meio social oferece para essa constituição (MOSCOVICI, 2007).

Com a inserção familiar dos indivíduos desde o início da vida, a influência desse meio é significativa. Tendo em vista a multiplicidade de famílias no que tange a estrutura, classe social, religião e posições político-culturais, essa instituição modela as representações sociais de seus componentes de acordo com seus posicionamentos nas esferas mencionadas, corroborando a construção de representações sociais distintas para o mesmo objeto. De acordo com Moscovici (2007, p. 106), “as representações sociais são históricas na sua essência e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância”, sendo a historicidade baseada em “sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (MOSCOVICI, 2007, p. 213). Ainda em convergência com as ideias de Moscovici (2007, p. 213), as representações sociais são complexas e mutáveis, ou seja, podem ser ressignificadas a cada novo acontecimento dentro de modelos representativos familiares, logo aceitáveis, pois servem “para construir sistemas de pensamento e compreensão e [...] para adotar visões consensuais de ação que lhes permitem manter um vínculo social, até mesmo a continuidade da comunicação da idéia”.

Moscovici (2007, p. 33-34) afirma que as representações têm uma natureza convencional e prescritiva. Convencional porque

[...] elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e

gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.

Dessa forma, as representações guiam, convencionadas socialmente, a percepção dos indivíduos acerca dos eventos sociais.

Um problema que emerge dessa convencionalidade é que, ao ser constituída e estabelecida por um grupo, a representação social passa a ter um caráter de incontestabilidade para esse grupo, dependendo das bases sobre as quais foi desenvolvida. Assim, mesmo quando um objeto não se adequa exatamente àquela representação, força-se para que ele assuma aquela forma, seja nela categorizado, sob a pena de não ser compreendido, de não mais ser reconhecido como membro do grupo que compartilha da representação em questão (MOSCOVICI, 2007, p. 34). O assujeitamento às representações sociais já postas é, em grande parte, inevitável. Sobre isso, Moscovici (2007, p. 35) explica que

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções.

Sob essa ótica, ninguém escaparia da sujeição às representações impostas, não tendo sequer consciência disso, vista a necessidade de pertencimento a um compartilhamento informacional estável. Assim sendo, parece mais adequado ao indivíduo forçar um objeto a caber em uma representação do que arriscar não pertencer ao grupo que a compartilha, afinal “ele não pode pensar que seu pensamento esteja errado” (PRITCHARD, 1937, p. 199 *apud* MOSCOVICI, 2007, p. 35).

Moscovici (2007, p. 35) elucida que é possível transgredir o assujeitamento supracitado através de um esforço, mas não é possível libertar-se de todas as convenções nem de todos os preconceitos. No que concerne à natureza prescritiva, as representações sociais o são pois “elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2007, p. 36). Muito semelhante à convencionalidade, a prescrição favorece a manutenção de sistemas de crenças, de representações sociais, já instituídos e apresentados às pessoas quase como imutáveis.

## 2.2 Stuart Hall: representação e estereotipagem

O sociólogo jamaicano Stuart Hall, construtivista, concebe o chamado “real” como uma construção social marcada pelas mídias sociais imagéticas, que são atravessadas por poderes de diversos níveis (ITUASSU, 2016, p. 11). Por meio de seus estudos embasados em múltiplos teóricos,

Hall apresenta a noção de representação como um ato criativo, que se refere ao que as pessoas pensam sobre o mundo, sobre o que “são” nesse mundo e que mundo é esse, sobre a qual as pessoas estão se referindo, transformando essas “representações” em objeto de análise crítica e científica do “real” (ITUASSU, 2016, p. 11).

Dessa maneira, a representação, para ele, é política, pois não institui apenas o real enquanto concretude, mas o valora institucionalmente de acordo com os valores, normas e crenças de quem detém o poder de fazê-lo, ou seja, dos que estão hierarquicamente em posição de vantagem social (ITUASSU, 2016, p. 13).

Inegavelmente, a linguagem é o meio pelo qual os indivíduos interagem e se posicionam socialmente nos diversos ambientes em que se inserem. Para Hall (2016, p. 18), ela opera como um sistema representacional, visto que é utilizada mediante signos e símbolos, significando o mundo e representando-o enquanto corpo social. Em complemento a essa ideia, Hall (2016, p. 17) pontua que

a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais.

Notadamente, o sociólogo aprecia como essencial a noção de cultura para desenvolver o conceito de representação. Para ele, em convergência com a antropologia, a cultura remete às características singulares, aos modos de vida de cada povo, nação, grupo social, um conjunto de práticas e sentidos. Dentre esses modos de vida, incluem-se a língua e a linguagem, utilizadas para a reprodução dos valores compartilhados em cada sociedade; em outras palavras, é através da linguagem que os significados, as representações sociais são constituídas e compartilhadas (HALL, 2016, p. 18-20).

Os significados compartilhados, as representações sociais construídas acerca de algum fenômeno, não sustentam apenas as noções subjetivas, os posicionamentos de cada indivíduo como tal, mas “organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e consequentemente geram efeitos reais e práticos” (HALL, 2016, p. 20). Isso significa que as

representações regulam as atividades institucionais, como em famílias, igrejas e formas de governo, afetando a sociedade de maneira hierarquizada e desigual, visto que os atravessamentos de poder, apontados por Hall e já mencionados anteriormente, não são igualitários em nenhuma instituição organizadora. Em cada instituição das sociedades em geral o poder opera de maneira desigual. Considerando o contexto brasileiro, enfatizado neste trabalho, a instituição familiar, considerando uma estrutura familiar composta por um casal heterossexual e seus filhos, representa os papéis sociais de cada membro de maneira bem delimitada e assimétrica, sobretudo quando ancorada em outra instituição reguladora: a igreja. Como assinala Hall (2016, p. 22), embasado nos estudos de Thompson (1997), as representações são “aquilo que os interessados em administrar e regular a conduta dos outros procuram estruturar e formalizar”, que é, basicamente, a forma como as instituições religiosas operam ao fornecer, sem margem para questionamentos, representações de mundo, que são disseminadas pela linguagem.

Especificamente sobre a linguagem enquanto ferramenta de construção e compartilhamento de significados, Hall (2016, p. 31) explicita que “representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” e, também, “conecta o sentido e a linguagem à cultura”. Ademais, “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Destarte, o sociólogo enfoca a relevância da simbologia das linguagens não verbais, como imagens midiáticas, roupas e objetos na constituição e na partilha de representações. Naturalmente, a representação construída no que se refere a eles é transmitida a partir da linguagem verbal. Como exemplo desse fato, Hall (2016, p. 33) a aponta da seguinte maneira:

a cruz consiste simplesmente em duas tábuas de madeira dispostas perpendicularmente, mas, no contexto da fé e do ensinamento cristãos, ela se investe, simboliza ou passa a representar uma gama maior de sentidos ou significados sobre a crucificação do filho de Deus - e este é um conceito que podemos colocar em palavras e imagens.

Mediante o exemplo, é possível observar a ação da representação em práticas sociais, como a crença, haja vista que o atravessamento religioso constitui essa representação através de um objeto concreto, incluindo nela a simbologia específica através da linguagem.

Isso explica o apontamento supracitado de que as representações não somente instituem o real, mas o concebem em valores e crenças com graus reguladores. Então a palavra “cruz” e

o próprio objeto em si não designam o que ele é, pois seu significado, para que seja devidamente compreendido no meio religioso em questão, deve, necessariamente, ser perpassado pela representação, pois ela é que, por meio da linguagem, produz tanto o significado quanto “a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (HALL, 2016, p. 34). Isso demonstra, ainda, que os sentidos são concebidos tão firmemente que parecem naturais e inevitáveis (HALL, 2016, p. 42).

Stuart Hall salienta que nos próprios sistemas de representação há classificações hierárquicas. Então, um sujeito pode conceber fenômenos a partir de representações atravessadas por diferentes significados, ou seja, em um determinado momento uma representação atravessada pela instituição igreja pode ser mais adequada; em outro, a representação com atravessamento pela instituição família pode conceber melhor um acontecimento. Assim, “essa mistura e a combinação de relações entre conceitos para formar ideias e pensamentos complexos são possíveis porque nossos conceitos são organizados em diferentes sistemas classificatórios” (HALL, 2016, p. 35).

No que tange aos signos, que são as palavras e objetos dotados de significado, Hall os dispõe separadamente. Os signos visuais, como imagens e objetos, ou seja, os não verbais, o sociólogo classifica como signos icônicos. Já quanto aos signos verbais, escritos ou oralizados, Hall os classifica como signos indexicais. Sobre estes, ele ainda ressalta que não existe uma relação óbvia entre sua composição linguística e o símbolo que representam, isto é, as letras que integram as palavras não remetem ao que é representado, tampouco o som que elas emitem quando unidas e oralizadas, evidenciando a natureza arbitrária dos signos (HALL, 2016, p. 40-41).

Ainda que arbitrários, os signos adquirem um grau de sentido parcialmente estável, afinal o contrário disso comprometeria a comunicação. Mesmo naturalizados, os sentidos, tal qual as representações, são passíveis de mudanças, visto que são culturais. Hall (2016, p. 46) adverte que

não há um sentido final ou absoluto. Convenções sociais e linguísticas mudam, sim, através do tempo. [...] O sentido não é inerente às coisas, ao mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significativa – uma prática que produz sentido, que faz os objetos significarem.

Em suma, para Stuart Hall, a representação é a significação do mundo com atravessamentos socioinstitucionais, estabelecidos múltipla e hierarquicamente e dotados de poderes reguladores desiguais.

Para além do exposto, Hall apresenta a noção de estereotipagem, com base nos estudos de Dyer (1977). Para ele, a estereotipagem é um conjunto de práticas representacionais englobadas em um regime de representação, e ela “reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p. 190). Em similaridade, o sociólogo cita ainda a ideia de tipificação, cujo desenvolvimento também partiu de Dyer (1977), fundamental para a constituição de sentidos. A tipificação alude aos papéis sociais exercidos por cada sujeito

de acordo com a classe, sexo, grupo etário, nacionalidade, “raça”, grupo linguístico, preferência sexual e assim por diante. Nossa imagem do que a pessoa “é” constrói-se por meio das informações que acumulamos ao posicioná-las dentro dessas diferentes ordens de tipificação (HALL, 2016, p. 191).

Melhor explicando, Dyer (1977, p. 28 *apud* Hall, 2016, p. 191) diz que

um *tipo* é qualquer caracterização simples, vívida, memorável, facilmente compreendida e amplamente reconhecida, na qual alguns traços são promovidos e a mudança ou o ‘desenvolvimento’ é mantido em seu valor mínimo.

Ou seja, é a estabilização de pessoas e fenômenos com fins de agrupá-las no que concerne à sua representação.

A estereotipagem é bastante semelhante, no entanto os estereótipos

se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados (HALL, 2016, p. 191).

Assim sendo, os traços acentuados são os mesmos nas duas formas representacionais, todavia a forma como elas são encaradas difere. Hall (2016, p. 191) enfoca que “a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’, para mais, implanta uma estratégia de ‘cisão’, que divide o normal e o aceitável do anormal e do inaceitável. Em seguida, exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente” (HALL, 2016, p. 191).

A problemática da estereotipagem encontra-se no teor excludente que dela parte. Ela escancara os níveis desiguais de poder quando dá a um grupo o poder de excluir outro com base em representações que avultam as diferenças. Aliás, antes disso, concede aos grupos privilegiados o poder de normatizar o que é ou não aceitável, regulando as atividades sociais. Stuart Hall (2016, p. 11) mantém-se ancorado em Dyer (1977, p. 29) para corroborar a elucidação da diferença entre os dois conceitos:

Tipos são instâncias que indicam aqueles que vivem segundo as regras da sociedade (tipos sociais) e aqueles que as regras são delineadas para excluir (estereótipos). [...] Por essa razão, os estereótipos também são mais rígidos que os tipos sociais. [...] Então, outra característica da estereotipagem é sua prática de fechamento e exclusão. Simbolicamente, ela fixa os limites e exclui tudo o que não lhe pertence.

Dessa forma, a estereotipagem é utilizada como recurso de manutenção da ordem social e simbólica, ou seja, de representação, estabelecendo, por intermédio da simbologia representacional, os limites do que é normal e aceitável e do que é anormal e inaceitável, portanto, indigno de ser agregado ao corpo social e propenso à exclusão. A instituição da normalidade parte dos grupos privilegiados, que a estabelecem conforme as suas perspectivas de mundo, ideologias e sistemas de crenças e valores, que para eles são tão claros que eles os apreendem como naturais e inevitáveis e assim os externalizam à sociedade. À medida que a adesão a essas concepções de mundo aumenta, esses grupos consolidam sua hegemonia (DYER, 1977, p. 30 *apud* HALL, 2016, p. 193). “A hegemonia é uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável”, esclarece Hall (2016, p. 193). No que concerne ao poder, Hall (2016, p. 193) aponta que ele atua “não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira”.

Então, a estereotipagem favorece a exclusão com base no que é posto como normal ou anormal por grupos detentores de poderes sociais hegemônicos, o que gera conflitos sociais entre grupos oprimidos e opressores pela inclusão social, bem como pela detenção mais igualitária de poder.

### **2.3 Diálogos entre Serge Moscovici e Stuart Hall**

As noções de representação para Serge Moscovici e para Stuart Hall se encontram no ponto mais central de suas teorias: a representação é a ideia que se constitui sobre o mundo e seus fenômenos e que depende, diretamente, do meio social e do que ele oferece para essa constituição (MOSCOVICI, 2007) ou da cultura na qual os sujeitos estão inseridos, considerando, de maneira essencial, a linguagem (HALL, 2016).

Levando em conta a historicidade, Moscovici pontua que as representações sociais são constituídas ao longo da história a partir dos sistemas de crenças de um grupo, sendo complexas e, em certo nível, mutáveis, e de natureza prescritiva, ou seja, elas direcionam o entendimento de mundo dos sujeitos. Dessa forma, as representações regulam o comportamento social, sendo, embora possível, complexo transgredi-las (MOSCOVICI, 2007, p. 33-36). Stuart Hall também concebe as representações como forma de organizar e regular as práticas sociais, no entanto atribui a elas um caráter político, visto que instituem e valoram o real de acordo com as constituições de grupos hegemônicos, ou seja, de maneira hierarquizada e desigual (ITUASSU, 2016, p. 13).

Distanciando-se um pouco de Moscovici, Hall ainda assinala a linguagem como um sistema representacional de constituição, levando em conta a simbologia das linguagens verbal (signos indexicais) e não verbal (signos icônicos), como as mídias imagéticas. Há, no âmbito da linguagem, o que o sociólogo conceitua como graus reguladores, o que significa que um objeto não verbal pode simbolizar mais ou menos para alguém de acordo com a representação adequada constituída através da linguagem verbal (HALL, 2016, p. 34). Para além, Hall assinala que há um sistema classificatório de representações, isto é, a representação constituída e aderida para determinado meio em situação de interação depende das características deste meio. Então, é possível que, em um determinado momento, um sujeito evidencie uma representação social constituída a partir de atravessamentos religiosos e, em outro, adira a uma constituição de representação atravessada pelo discurso político, por exemplo (HALL, 2016, p. 35).

Ultrapassando as noções do psicólogo social, Hall desenvolve acerca das representações o conceito de estereotipagem, que ele define como um conjunto de práticas representacionais englobadas em um regime de representação, que “reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p. 190). Então, a estereotipagem marca a diferença e exclui os que fogem à normalidade, sendo que a noção de normalidade é concebida pelos grupos que detêm poderes socioeconômicos e políticos. Destarte, a estereotipagem configura-se como uma estratégia de manutenção da ordem social e simbólica através de determinadas representações.

De fato, como ponto de partida, é incontestável a relevância dos estudos de Serge Moscovici, entretanto a orientação de sua teoria limita a análise em uma pesquisa como a presente. Mesmo com pontos de similitude, Stuart Hall amplia a noção de representação e agrega conceitos imprescindíveis, como o de estereotipagem. Ao tratar de instituições sociais reguladoras, a estereotipagem torna-se inerente à constituição representacional, afinal, se há margem para constituições diversas, há menos poder regulador institucional. Dessa forma, as ancoragens dos estereótipos advêm dos atravessamentos discursivos que embasam a constituição de representações e, sem a consideração desses aspectos, os objetivos propostos neste trabalho dificilmente seriam alcançados.

## 2.4 Feminismo

O feminismo é um movimento sociopolítico que reivindica igualdade de direitos e de funções institucionais das mulheres em relação aos homens, combatendo injustiças e violências de gênero. Segundo Butler (2018, p. 4), “há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum”, com funções preestabelecidas pela ordem natural, inevitáveis à vida de todas as mulheres. Em desacordo, Butler (2018, p. 4) afirma que “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. Sob a mesma ótica, Auad (2003, p. 15) pontua que “para compreender o que é ser mulher na nossa sociedade, é importante conhecer um pouco de história. O conhecimento histórico permite que se perceba como a situação das mulheres na atualidade foi se construindo e como é possível modificá-la”.

O movimento feminista teve pelo menos três grandes ondas e, hoje, tem várias vertentes, que, apesar de se ramificarem em dissemelhanças, compartilham do mesmo ideal central: combater um sistema desigual de poder estabelecido entre homens e mulheres, que resulta em exploração e violência (MAGENTA, 2022). Acerca dessa desigualdade de gêneros, Auad (2003, p. 57) deslinda que

Gênero não é apenas sinônimo de sexo, masculino ou feminino. Gênero também é o conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino. Ou seja, a sociedade constrói longamente, durante séculos de sua história, significados, símbolos e características para interpretar cada um dos sexos. A essa construção social dá-se o nome de “relações de gênero”. Por causa do modo como as pessoas percebem os gêneros masculino e feminino na sociedade é que se espera uma série de coisas tanto dos homens quanto das mulheres.

Assim, a desigualdade de gêneros contra a qual luta o feminismo é naturalizada, mas não natural, senão construída socialmente.

A primeira onda feminista ocorreu no fim do século XIX como um movimento feminino em massa em inúmeros países. Nela, as mulheres requeriam direitos fundamentais, como o direito de votarem e de serem votadas, o direito ao divórcio, o acesso à educação que não fosse voltada ao ensino de atividades domésticas, bem como o acesso a algumas profissões, à reforma matrimonial e a melhores condições de trabalho e de remuneração (ZIRBEL, 2022). O cenário mundial do fim do século XIX e início do século XX foi marcado por guerras e revoluções, impactando as estruturas sociais. Visto isso, a doutora em filosofia Ilze Zirbel (2022) elucida que esse cenário beneficiou pequenos grupos de homens, donos de propriedades, que, com a ascensão do capitalismo e sua exploração trabalhista, estabeleceram normas em diversos setores sociais, negando às mulheres a possibilidade de participarem desse processo. Ainda segundo Zirbel (2022), o sistema capitalista

[...] beneficia-se do trabalho gratuito das mulheres nos núcleos familiares e da diferença salarial entre os sexos para gerar e ampliar lucros. A sociedade e os indivíduos dependem do trabalho doméstico e das variadas atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, mas não lhes atribuem valor.

Dessa forma, há uma correlação entre o sistema capitalista e a manutenção dos lugares de poder que desprivilegiam as mulheres.

Em meados da década de 40 se concebe a segunda onda feminista, que considerou as variadas formas de opressão e exploração sofridas por mulheres de diferentes classes sociais e etnias, mantendo o foco no combate ao sistema de manutenção dessa estrutura e adaptando a luta à diversidade das mulheres. Então, continuavam as reivindicações por aquelas que ainda não podiam ter acesso à educação e ao trabalho externo, além da luta, com o advento da pílula anticoncepcional, pela liberdade do controle de natalidade e pela liberdade sexual (ZIRBEL, 2022). Equivocadamente, muito se confunde essa liberdade sexual com formas de vida desregradas e inconsequentes, contudo era preciso pensar, assim como ainda é, nas mulheres que não detinham poder sobre seus corpos em suas relações matrimoniais, enfrentando, por exemplo, a impossibilidade de negar relações sexuais, bem como gravidezes sucessivas que comprometiam suas saúdes física e mental, sobretudo quando esse cenário estava unido à sobrecarregada vida doméstica. Ademais, conforme assinala Zirbel (2022), a segunda onda do movimento feminista levou em conta as mulheres que, por influências étnico-sociais, já

compunham o mercado de trabalho sob formas precárias e desiguais há tempos, reclamando seus direitos.

A partir da década de 80, o feminismo já é compreendido em sua terceira onda. Os direitos básicos, como os políticos, educacionais e laborais, já haviam sido alcançados para grande parte das mulheres, levando alguns a pensar, motivados pela mídia, que o feminismo já não era mais necessário. No entanto, ramificações foram surgindo para atender mais mulheres em suas especificidades, delineando, assim, os feminismos negro, latino, anticapacitista e revolucionário, bem como os movimentos pelo proletariado (ZIRBEL, 2022). A conscientização das mulheres acerca do que lhes ocorre, atrelada ao empoderamento feminino, é um ponto relevante dessa onda, haja vista a ocorrência frequente de violências que nem sempre recebem a importância que deveriam, como a violência patrimonial<sup>1</sup> e a violência psicológica<sup>2</sup>.

Em suma, o feminismo é um movimento sociopolítico coordenado, essencialmente, por mulheres, que visa a equiparação de direitos entre os gêneros nos mais variados âmbitos da vida social, combatendo opressões estruturais de forma geral e, também, nas especificidades de cada mulher.

## 2.5 Discurso religioso

O discurso religioso é constituído em uma formação discursiva religiosa, seja qual for a religião. É dotado de autoridade, sobretudo quando proferido por líderes religiosos, e tende à inquestionabilidade, direcionando pensamentos e ações dos adeptos através das representações de mundo instituídas e disseminadas, ou seja, regulando a sociedade. Segundo Orlandi (1996 *apud* PEDROSA, 2007, p. 40), a principal característica desse tipo de discurso é que ele faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados, ou seja, está relacionado ao sagrado. Ainda de acordo com a linguista, o discurso especificamente teológico é aquele em que “a mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo [...] aparece como aquele que faz a relação entre os dois mundos” (ORLANDI, 1996, p. 246-247 *apud* PEDROSA, 2007, p. 40).

---

<sup>1</sup> “[...] entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2006).

<sup>2</sup> “[...] entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” (BRASIL, 2018).

Ora, se está relacionado ao sagrado e não é passível de questionamentos, fornecendo representações prontas e invioláveis, o discurso religioso tem a clara função de regular o comportamento da sociedade. Então, com representações estereotipadas, as igrejas estipulam quem está dentro do parâmetro do aceitável, da normalidade, e quem não, sendo que este fica, como já mencionado, oprimido, excluído dos grupos privilegiados. Para que essa movimentação social seja possível, é, então, necessário que as igrejas enquanto instituições moduladoras ocupem, senão o topo, um importante lugar de poder, afinal esse poder, cuja responsabilidade está sobre elas, emana do divino, inacessível aos sujeitos que não fazem parte delas.

Considerando o catolicismo, religião que será focalizada nesta pesquisa, seu discurso é alicerçado nos ensinamentos de Cristo apresentados na Bíblia, exprimindo, ainda, dogmas da própria Igreja, que são concepções incontestáveis para os católicos. No que concerne ao movimento feminista, a Igreja é publicamente contrária aos ideais do movimento, e frequentemente aborda essa questão, a fim de desmobilizá-la entre seus membros.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa de análise. As discussões partem das marcas linguísticas explicitadas nas publicações, que serão correlacionadas a fim de averiguar, sob a luz dos estudos de representação, como as mulheres e o feminismo são representados pelo catolicismo e por grupos feministas. Mediante as similaridades e dissemelhanças presentes no *corpus*, será possível, ainda, observar os atravessamentos discursivos evidenciados em cada publicação, relacionando-os às características sociais de seus grupos de apoio, bem como seus efeitos na constituição das representações assumidas por eles.

O *corpus* foi recolhido mediante a busca das palavras “mulher” e “feminismo” no *site* católico Padre Paulo Ricardo. O *site*, que leva o nome do padre responsável por ele e é seguido do *slogan* “a nada dar mais valor do que a Cristo”, contém vídeos, artigos, notícias e homilias, abordando diversos assuntos sob a luz dos ensinamentos da Igreja. Ele foi escolhido devido à popularidade do padre e ao alcance de suas mensagens, bem como pelo fato de o sacerdote ser conhecido por defender com rigidez a doutrina da Igreja, sendo profundamente conservador. Que fique clara a ciência de que o sacerdote fala enquanto seu papel social de padre, ancorado no discurso da Igreja ao passo que é, também, atravessado por ele. O padre conta com cerca de um milhão e meio de seguidores na rede social Instagram e trezentos mil no Twitter. Em seu canal no YouTube, ele também possui aproximadamente um milhão e meio de inscritos, e seu vídeo mais assistido ultrapassou seis milhões de visualizações. A partir das pesquisas feitas no *site* em questão, os vídeos foram selecionados levando em consideração os títulos que os acompanhavam, assim como seus conteúdos, tendo em vista, ainda, a quantidade limitada de publicações com esses termos.

Os vídeos selecionados foram os seguintes: “Feminismo, o maior inimigo das mulheres”, publicado em 02 de fevereiro de 2012; “O ódio ao feminino”, publicado em 27 de novembro de 2012; e “O que está por trás do ‘empoderamento’ das mulheres?”, publicado em 08 de março de 2023, sendo este um áudio com uma imagem parada. Os vídeos têm, respectivamente, 17 minutos e 22 segundos, 49 minutos e 15 segundos e 35 minutos e 06 segundos, todavia não foram integralmente utilizados. Partes deles serão transcritas, em categoria de ortografia (norma-padrão), a partir da Tabela de Convenção de Transcrição apresentada por Garcez, Bulla e Loder (2014, p. 272), que segue abaixo:

.	Ponto final	Entonação descendente
?	Ponto de interrogação	Entonação ascendente

,	Vírgula	Entonação de continuidade
↑	Seta para cima	Mais agudo
↓	Seta para baixo	Mais grave
palav-	Hífen	Marca de corte abrupto
pala:vra	Dois pontos	Prolongamento do som
pala::vra	Sequência de dois pontos	Prolongamento do som de maior duração
<u>palavra</u>	Sublinhado	Sílaba ou palavra enfatizada
PALAVRA	Maiúscula	Intensidade maior no volume
°palavra°	Sinal de graus	Intensidade menor no volume
>palavra<	Sinais de maior e menor	Fala acelerada
<palavra>	Sinais de menor e maior	Fala pausada, lenta
hhh	Sequência de h	Aspiração ou riso
.h	H precedido de ponto	Inspiração audível
=	Sinal de igual	Eloquções contíguas, sem intervalos
[ ]	Colchetes	Início e fim de falas sobrepostas
(2.5)	Número entre parênteses	Medida de silêncio em segundos e décimos de segundos
(.)	Ponto entre parênteses	Micropausa de até 2/10 de segundos
( )	Parênteses vazios	Fala que não pôde ser transcrita
(palavra)	Segmento de fala entre parênteses	Transcrição duvidosa
((palavra))	Parênteses duplos	Descrição de atividade não vocal

Quanto aos demais textos, foram feitas buscas dos mesmos termos na plataforma de pesquisas Google, selecionando-se, de maneira aleatória, *links* da primeira página e de páginas posteriores, intencionando exposições diferentes acerca do tema. Por essa razão, após leituras, os três *sites* escolhidos foram Jornal DCI, Catarinas e Burke Instituto Conservador, cujas publicações selecionadas foram, respectivamente, “O que é feminismo e 6 ideias equivocadas sobre o movimento”, publicado em 29/08/2020 e atualizado em 29/07/2022, “10 mentiras que contam sobre o feminismo nas igrejas”, publicado em 25/08/2020, e “5 motivos para ser feminina e não feminista”, publicado em 15/07/2019.

O *Jornal DCI: Digital, Colaborativo & Independente* é um jornal virtual que abrange assuntos como política, entretenimento e sociedade. O portal Catarinas é seguido pelo *slogan* “jornal independente, feminista e antirracista”. Nomeado por conta do estado de Santa Catarina, o portal de notícias foi lançado em 2016 e se propõe a ser “especializado em feminismo e gênero” (CATARINAS, 2022), abarcando “produção de conteúdo, a curadoria de informação e a observação dos debates públicos sobre o tema, principalmente aqueles desencadeados pelos

meios de comunicação tradicionais” (CATARINAS, 2022). O Burke Instituto Conservador é uma plataforma de vendas de cursos on-line, “um centro cultural de ensino de constituição clássica” (BURKE, 2019), e tem a seguinte mensagem em sua página principal: “Prometemos te tirar do mundo da fantasia que a grande mídia, a escola, e a sociedade te impõem e te trazer de volta à realidade através do CONSERVADORISMO” (BURKE, 2019). Sobre os cursos vendidos, a plataforma observa o seguinte:

Tendo como incontestável influência a Filosofia grega, a Moral judaico-cristã e o Direito romano; pensamos, pois, os nossos cursos como mananciais de sabedoria Ocidental, aquilo que um verdadeiro conservador preza enquanto cultura e valores.

Ou seja, há, nele, predominância do conservadorismo ocidental, atravessado pelos discursos religioso e capitalista. No que concerne ao atravessamento religioso, o Instituto se relaciona com o cristianismo, oferecendo em seu site, inclusive, a venda de livros antifeministas.

## 4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Para iniciar as discussões, um excerto do vídeo “Feminismo, o maior inimigo das mulheres”, extraído do *site* Padre Paulo Ricardo, será apresentado, transcrito, logo abaixo.

**Excerto 1:** 3’58” a 4’08”

1	Faz parte↑ da natureza da mulher (0.8) por exemplo que ela (0.7) queira ter
2	filhos (2.3) É o instinto↑ da menina.

Tendo em vista o título do vídeo, esta fala do sacerdote intenciona contra-argumentar o que, aparentemente, a Igreja Católica, já que ele fala em nome desta, acredita ser uma pauta feminista: as mulheres não devem ter filhos. Acerca disso, ele ainda reitera:

**Excerto 2:** 5’27” a 5’42”

1	uma mulher que não tem (.) a mínima vontade de <florescer> na
2	maternidade (.) é uma mulher (.) que não alcançou (.) a sua maturidade, é
3	uma mulher que não chegou a ser mulher↑.

A ênfase dada à palavra “florescer”, atribuída à maternidade, demonstra que, sob essa ótica, a mulher só se constitui enquanto mulher quando for mãe, o que é corroborado quando se afirma que, sem ser mãe, a mulher ainda “não chegou a ser mulher”. Dessa maneira, a constituição da representação da mulher é estereotipada, baseada em cisões de papéis sociais, marcando e excluindo o que foge do tido como normal (HALL, 2016, p. 191). No vídeo “O ódio ao feminino”, o tema também é abordado, na mesma perspectiva:

**Excerto 3:** 38’34” a 38’37”

1	A <maternidade> = o ser mãe (0.5) para a mulher é fundamental
---	---

Mediante o exposto, é possível observar a representação constituída pela Igreja no que tange às mulheres e ao seu papel social. A naturalização da maternidade como função exclusiva e obrigatória é nítida e, atravessada pelo discurso religioso, estereotipa as mulheres como um grupo social homogêneo e limitado em perspectivas de vida, reduzindo-as a uma única função. Oliveira (2019), no *site* Burke, aponta que homens e mulheres devem exercer “funções compatíveis com suas características biológicas, com suas habilidades físicas e, até mesmo, com suas estruturas emocionais”. Entretanto, conforme esclarece o Jornal DCI (2022), o

movimento feminista não tem como pauta o combate à maternidade, mas a defesa de que as mulheres tenham filhos se e quando quiserem, não sendo a maternidade uma obrigação social, muito menos natural. A liberdade de escolher ser ou não mãe, de quantos filhos forem, não torna uma mulher mais ou menos feminista, tampouco mais ou menos mulher. Notadamente, há diferenças nas representações construídas acerca do feminismo e, também, da mulher e de seus papéis sociais, sobretudo, aqui, no que concerne ao posicionamento frente à maternidade.

Conforme demonstra o próximo excerto extraído de “Feminismo, o maior inimigo das mulheres”, a questão da maternidade ainda remete a outro aspecto da vida da mulher, a sexualidade, envolta em censuras cujas bases advêm de diversos campos sociais.

**Excerto 4:** 8’47” a 8’51”

1	faz <u>parte</u> ↑ da natureza da mulher ser <recatada> sexualmente exatamente
2	por isso

A sexualidade feminina, de fato, é ainda um tabu, e a regulação dos corpos, sobretudo femininos, é intentado por inúmeras esferas institucionais sociais, inclusive e principalmente pelas igrejas. Quanto à Igreja Católica, cujos dogmas sustentam os vídeos analisados, a sexualidade humana tende a ser reprimida e até demonizada, tanto para os homens quanto para as mulheres, entretanto o que gera a maior pressão às mulheres é, justamente, a sua capacidade gestacional. A maternidade, nesse contexto, é sagrada, inviolável e, dotada dessa função, a mulher deve enfocá-la de modo a direcionar para ela sua sexualidade. Por esse motivo, a liberdade sexual e reprodutiva feminina é representada de modo negativo e assimilada ao feminismo, que se constitui como a direção mais equivocada a ser defendida e seguida pelas mulheres como um todo, mais ainda pelas católicas. Essa representação, evidentemente, constitui-se com fins de regulação social, conforme apontado por Itaiisu (2016, p. 13), mencionando Moscovici, e por Hall (2016, p. 20), nesse caso a regulação feminina.

Referindo-se à possibilidade gestacional feminina, o mesmo vídeo ainda faz um alerta

**Excerto 5:** 11’07” a 11’15”

1	a respeito dos abortos <ocultos> (2.4) que acontecem quando as pessoas
2	(0.5) quando as <u>mulheres</u> ↑ (0.8) tomam (0.7) pílulas anticoncepcionais↓

Há, claramente, o combate aos direitos reprodutivos, reclamados pela segunda onda feminista com o advento das pílulas anticoncepcionais. Então, novamente, a representação social constituída pela Igreja acerca do feminismo é negativa, intencionando a manutenção do

seu poder social de regulação (HALL, 2016, p. 22). Há, então, um combate da Igreja aos direitos femininos, sobretudo aos reprodutivos, indo de encontro às reivindicações feministas. O feminismo, entretanto, acredita que a maternidade deve ser

uma escolha da mulher, por isso lutamos para que toda mulher tenha acesso à educação sexual e a métodos contraceptivos. Lutamos, também, por uma maternidade digna, com apoio integral à mãe e ao bebê na saúde, alimentação, creches e licença maternidade digna (ANJOS, 2020).

Assim, os direitos reprodutivos tiram, em tese, a obrigatoriedade de a mulher seguir apenas a vida doméstica, dando a ela outras possibilidades e permitindo que ela escolha, livremente, o que fazer (MAGENTA, 2022). Tendo isso em conta, o feminismo, para quem defende seus ideais, tem uma representação social que tende à necessidade, pois tem como pauta o acesso a direitos, defendendo, sobretudo, a liberdade da mulher. É representado, então, como algo benéfico. Em contrapartida, a representação feita pela Igreja dissemina que o feminismo luta contra a família e contra a maternidade, como se esses aspectos, de maneira avulsa, fossem opressores para as mulheres, ignorando o fato de que a opressão não vem exclusivamente dos modos de vida, mas da distribuição desigual de poder social. Ao limitar as mulheres à maternidade, a Igreja exclui aquelas que não a querem ao ditar o que é adequado, além de destituir as próprias mulheres da liberdade de escolha sobre suas vidas e seus corpos, evidenciando que as hegemonias, sucedentes em sociedades desiguais, afetam, concretamente, a sociedade em seus grupos não hegemônicos.

Para mais, o argumento que ampara a negativa à anticoncepção atribui aos contraceptivos orais a possibilidade de provocar um aborto que nem seria percebido pela mulher: um “aborto oculto”, como mencionado. Contrariando essa afirmação, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, em seu *site* oficial, esclarece dúvidas sobre o uso de pílulas contraceptivas hormonais orais. Em uma das perguntas formuladas, há a que segue: “Como o anticoncepcional funciona? Ele pode ser considerado abortivo?” (SAÚDE, 2017). A resposta, clara e objetiva, foi:

A pílula anticoncepcional inibe a ovulação e torna o muco cervical espesso, dificultando a passagem dos espermatozoides e evitando, assim, a fecundação. Portanto, ela não pode ser considerada um método abortivo.

Em outro site, chamado “Médico Responde”, um espaço interativo é disponibilizado para que os internautas enviem suas dúvidas enquanto médicos as respondem. Nesse caso, foi perguntado sobre os anticoncepcionais: “Tomar anticoncepcional provoca aborto?”. A resposta

partiu de uma médica formada pela Universidade Federal de Uberlândia, com residência em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal de Pernambuco, que respondeu negativamente à pergunta, além de explicar o funcionamento do método:

Não. O anticoncepcional não provoca aborto. O anticoncepcional pelos seus diversos mecanismos impede que ocorra a gravidez. [...] Os métodos anticoncepcionais atuam de diversas formas para não haver o contato entre o óvulo e o espermatozoide e, conseqüentemente não ocorrer a formação do embrião. Caso haja a junção do óvulo com o espermatozoide, o anticoncepcional não impedirá a formação do embrião. Por isso, o anticoncepcional é um método que previne a concepção. Aborto acontece quando há perda do embrião que já foi formado. Ou seja, a gravidez já está instalada e, por algum motivo, ocorre a perda do embrião (MÉDICO, 2019).

No excerto a seguir, ainda referente ao primeiro vídeo, é dito o seguinte:

**Excerto 6:** 12'46" a 13'56"

1	Quando por exemplo (1.5) a <visão feminista> (1.6) colocou (0.9) que (.)<0
2	<u>homem</u> > = deve (0.4) é trabalhar nos serviços domésticos e cuidar dos
3	filhos da mesma forma que a mulher(1.9) a visão feminista não considera o
4	seguinte (.) tudo bem = o homem pode ajudar a lavar os pratos e a arrumar
5	a casa, o homem pode ajudar (.) a trocar as fraldas das crianças e colocar
6	elas para dormir, sem dúvida alguma, só que tem uma <u>diferença</u> , minha
7	irmã. (2.1) você precisa fazer isso para a <su:a> realização pessoal, porque
8	uma mulher que não cuida da sua casa é uma mulher frustrada.

O trabalho doméstico é, nessa representação, incumbido à mulher como se, novamente, partisse da ordem do natural. Assim como apontado por Stuart Hall (2016, p. 191), a estereotipagem naturaliza aspectos específicos para a constituição de representações estereotipadas. Além disso, a vida doméstica é colocada como a responsável pela realização pessoal das mulheres, como enfatizado pelo pronome possessivo direcionado à mulher ouvinte com prolongamento de som vocálico, fala lenta e enfatizada. Enquanto a mulher “precisa” fazer os serviços domésticos, o homem “pode” fazê-los, se assim desejar. Isso destaca a desigualdade de poderes sociais ao destituir a mulher da autoridade de decidir de que forma intercorreria sua própria realização, uma vez que esse ideal já fica instituído na representação religiosa. Sobre a relação entre feminilidade e domesticidade, Federici (2019, p. 74) pontua que “desde que ‘feminino’ se tornou sinônimo de ‘dona de casa’, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as ‘habilidade domésticas’ que adquirimos ao nascer”. Em total antagonismo, a autora critica exatamente a vinculação do trabalho doméstico à suposta habilidade natural da mulher para tal, afinal esta é infundada, haja vista que a divisão de tarefas e de funções é da

ordem do sociocultural, nada tendo a ver com naturalidades inexoráveis. Não pela primeira vez, é perceptível a constituição da representação das mulheres no discurso religioso católico a partir de estereótipos, pois todos os papéis sociais das mulheres são entendidos como naturais, não sendo possível transgredi-los. Ao passo que constituem essas representações, os estereótipos realçam a hegemonia da qual goza a Igreja em um meio social desigual.

Em sequência ao excerto anterior, o raciocínio continua.

**Excerto 7:** 13'37" a 13'56"

1	Se você não (.) <dispende energia↑> fazendo isso (1.2) você não se sente
2	bem↑ (2.0) O homem pode↑ cuidar de seus filhos = mas se você quiser se
3	realizar enquanto <u>pessoa</u> = você mulher precisa saber que você <precisa>↑
4	cuidar dos seus filhos para a sua própria felicidade

Tangendo à ideia da satisfação pessoal da mulher inseparável da maternidade e da vida doméstica, o vídeo “O ódio ao feminino” apresenta o seguinte argumento:

**Excerto 8:** 16'02" a 16'32"

1	Uma mulher (1.0) que (0.5) diz que a ↑sua realização↑ é (1.4) <não
2	engravidar (0.9) portanto (0.3) <u>não ser</u> mãe (0.9) poder abortar (0.6) o
3	<u>quanto</u> ela quiser (0.7) fazer sexo (0.4) sem compromisso e sem vínculo
4	afetivo (0.8) trabalhar (.) usar calça comprida (.) receber (0.3) é = salários
5	e: se: realizar (0.4) politicamente> e rejeitar absolutamente ?tudo aquilo
6	>que é próprio da mulher?<

Com muitas marcas de pausas no excerto, há, conceitualmente, uma estereotipagem do papel social da mulher como mãe, esposa e doméstica. O que foge a isso é o anormal, visto que a Igreja é uma instituição privilegiada na hierarquia social, podendo definir o que é “normal” e o que é “anormal”, regulando o comportamento da sociedade. Então, ao cogitar a mínima fuga da norma, são agregados a ela tópicos que nem sequer se relacionam com as questões de maternidade e de domesticidade. O “não ser mãe” é associado a aborto, a sexo sem compromisso, a trabalho externo e, surpreendentemente, até à vestimenta de calças compridas. Quanto a isso, é notável que a representação da mulher, em 2012, ainda era circundada pela estereotipagem, pela simbologia do uso de saias e vestidos, haja vista o uso de calças remetesse ao masculino, à anormalidade feminina, logo, ao ódio ao feminino.

Há, também, um apoio explícito quanto à desigualdade de gêneros no que tange aos serviços domésticos e ao cuidado dos filhos. As marcas linguísticas expostas na linha 4 do excerto 7 permitem a observação da ênfase dada à suposta necessidade da maternidade, da

dependência das mulheres de serem mães para alcançarem qualquer tipo de realização pessoal. Em combate ao feminismo, como sugere o título do vídeo, o sacerdote demonstra, mais uma vez, a negativa da Igreja quanto a esse movimento, assumindo acerca dele uma representação social maléfica às mulheres. Por outro lado, Anjos (2020) elucida que as pessoas adeptas ao feminismo tão somente acreditam que “o valor da mulher não está vinculado à função social da procriação e, por isso, não aceitamos criar os filhos sozinhas, os pais devem assumir os filhos tanto quanto as mães”. Quanto aos serviços domésticos, assimilados no vídeo como obrigatórios para as mulheres, Anjos (2020) esclarece que a percepção do feminismo sobre isso é de que “não é dever da mulher cuidar da casa, é dever de quem mora na casa”, eximindo, então, as mulheres da obrigatoriedade exclusiva deste.

Federici (2019, p. 43) elucida que

não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida.

A filósofa ainda complementa essa ideia enfatizando que

o trabalho doméstico é totalmente naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, todas nós, como mulheres, somos caracterizadas por ele. Se realizar certas tarefas é considerado natural, então se espera que todas as mulheres as realizem (FEDERICI, 2019, p. 46).

Ao criticar a naturalização estruturada apoiada em uma representação estereotipada de papéis sociais femininos, a filósofa toca a desigualdade educacional que ainda existe em relação aos gêneros. As concepções do que é de responsabilidade de cada gênero também sobrecarregam os homens quando estes são desestimulados a realizar atividades domésticas ou profissões e estudos estereotipados como femininos, induzindo-os a perpetuar comportamentos repressivos tanto a si quanto às mulheres. No caso delas, muitas vezes, não há somente um desestímulo, mas sim uma restrição impossibilitadora. As inúmeras realidades socioeconômicas e culturais interferem diretamente na possibilidade de escolhas de vida de cada sujeito, inclusive e principalmente das mulheres. É preciso pensar nas mulheres que não podem escolher seguir ou não a vida doméstica, pois não têm condições que as permitam fazer isso. Para muitas, o casamento chega a ser uma questão de sobrevivência, sucedendo, inclusive, ilegalmente entre jovens com menos de 14 anos de idade, algo terrivelmente recorrente em regiões mais pobres. Representações como as constituídas através do discurso religioso aqui abordado legitimam

esse tipo de situação, fornecendo meios de amparo argumentativo aos sujeitos que se beneficiam desses fatos. A estereotipagem, como já explicado, não considera a heterogeneidade sociocultural e econômica, apenas junta os sujeitos em grupos sociais tidos como homogêneos, então, se ser mulher é ser esposa e mãe, que todas as mulheres o sejam, independentemente de suas condições de moradia, de seu acesso e financiamento de necessidades básicas, como alimentação, água tratada, medicação e saúde, de seu acesso à educação e ao mercado de trabalho, se assim desejar, ou seja, independentemente de seus níveis de liberdade de escolha sobre qualquer área de sua própria vida.

Quando, sob essas condições, as mulheres passam a sofrer violência e exploração domésticas, fome e doenças, muitas vezes facilmente tratáveis, essa representação estereotipada as persuade a se manterem nessa situação, pois nada resta à mulher senão o matrimônio, a maternidade e a vida doméstica. Se essas circunstâncias estão ruins, elas não devem repensá-las, mas se desdobrarem, da forma que for, para consertá-las, afinal uma vida que fuja disso foge da normalização e caminha para a frustração e a infelicidade feminina. É extremamente importante que as representações sejam instituídas com responsabilidade, com o devido senso de sua seriedade e da sua capacidade inquestionável de não só ditar o real, mas de interferir concretamente nele. As consequências derivadas de representações que beiram a irresponsabilidade por serem estereotipadas, logo excludentes, são verdadeiras, incontáveis e cotidianas, afetando os grupos estereotipados, aqui as mulheres, em níveis diferentes, podendo levá-las somente à transgressão da normalidade, com o uso de contraceptivos, por exemplo, ou à morte, quando se sujeitam à violência por toda a vida, a fim de evitarem um mal que, na representação religiosa, seria pior: serem associadas ao feminismo.

Ainda é dito, em “Feminismo, o maior inimigo das mulheres”, acerca das mulheres feministas, o exposto no próximo excerto.

**Excerto 8:** 15’33” a 16’11”

1	o problema das feministas (0.6) é que (0.9) a maior parte delas (1.1) perdeu
2	a sua alma feminina (1.1) não é- (0.7) não é absolutamente de espantar que
3	as maiores líderes dos movimentos feministas sejam (.) infelizmente todas
4	(0.7) lésbicas (1.0) ou seja (1.1) perderam a alma feminina(0.8) perderam
5	(0.6) o sabor (0.9) do ser mulher (0.7) e gostariam na verdade (0.9) de-
6	ocupar o lugar dos homens (2.2) o maior inimigo das mulheres (0.7) é o
7	feminismo

Expondo que na representação social constituída pela Igreja o feminismo está ligado à homossexualidade, sabidamente combatida pelo catolicismo, como evidencia o termo

“infelizmente”, e à não feminilidade, fica exposto, também, que essa representação é, de fato, negativa, construída sob a ótica do confronto com o movimento feminista. Em consonância, Oliveira (2019) escreve: “Nascemos com a graciosidade e a feminilidade que nos tornam as mulheres que somos e devemos nos orgulhar disso”. Relacionando os dois posicionamentos: se ser feminina é exclusivo da mulher e se as mulheres feministas não são femininas, logo, estas não são consideradas mulheres. Alinhando-se à perspectiva feminista, Anjos (2020) e Jornal DCI (2022) esclarecem que o movimento feminista não reprova a feminilidade, mas afronta a padronização de beleza imposta socialmente às mulheres, classificando-as ou não como belas e femininas sob esse parâmetro injusto e arbitrário. Quanto à sexualidade, o Jornal DCI (2022) esclarece que “o feminismo é um posicionamento político e assim como qualquer outro, os seus adeptos têm todas as orientações sexuais possíveis. Então sim, existem mulheres lésbicas no movimento, assim como, héteros [...]”. Ademais, “apesar dessa afirmação ser feita na tentativa de xingar, não há nada de pejorativo em ser lésbica” (JORNAL, 2022), uma elucidação necessária que diverge do tom negativo utilizado no vídeo.

No vídeo “O que está por trás do ‘empoderamento’ das mulheres?” as questões já emergem na própria nominalização da postagem, vistas as aspas no termo “empoderamento”. Isso sugere que há uma discordância da Igreja quanto ao sentido parcialmente estável, à representação social estabelecida acerca do empoderamento feminino, muitas vezes relacionado ao movimento feminista. Essa noção se comprova no vídeo publicado em 08 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, em que é dito o seguinte:

**Excerto 9:** 10’30” a 10’42”

1	Seria como fazer o dia internacional das pessoas com olhos azuis que
2	sentido tem isso. (4.0) é uma característica com a qual você nasceu. você é
3	mulher = você tem uma missão de ser mulher.

O desdém no que concerne à simbologia da data considerada o Dia Internacional da Mulher aclara a relação concebida entre esta e o movimento feminista, ambos representados como negativos. As marcações ainda permitem a observação da fala contínua que ocorre na linha 4, ou seja, não houve hesitação na formulação da ideia explicitada. Está claro, nessa representação, que se “você é mulher = você tem uma missão de ser mulher.” Outra vez é aludida a ideia de separação natural entre os gêneros no tocante às funções sociais. A própria escolha lexical pelo termo “missão”, dicionarizado no Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2020, p. 875), da Academia Brasileira de Letras, como “1. Ação a ser executada por uma ou

mais pessoas por solicitação ou ordem de outrem; incumbência, encargo. 2. Compromisso imposto ou contraído; dever, obrigação.” Destarte, é possível cambiar a estrutura lexical da frase pela seguinte: “você é mulher, você tem uma obrigação de ser mulher”, sem que a semântica se altere em uma medida relevante. Butler (2018, p. 156), citando Wittig, aponta que “somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós”. De fato, é esperado, ou imposto, seguir a normalidade de uma representação disposta por uma instituição de poderio hegemônico, pois ela ocasiona a exclusão representacional. Todavia, não em desconhecimento do sistema de divisão desigual de poder, mas sim em avaliação, Federici (2019, p. 74) questiona: “quem pode dizer o que somos?”.

A naturalização de aspectos que não advêm da natureza é um traço estereotípico representacional já observado nas análises desta pesquisa. No entanto, ainda no vídeo “O que está por trás do ‘empoderamento’ das mulheres?”, é apresentada a seguinte informação:

**Excerto 10:** 13’49” a 14’27”

1	As mulheres (2.8) por (.) diferença (.) queri↑da por Deus (0.5) ↑funciona
2	melhor↑ o lobo frontal (1.4) aqui na testa (2.1) que lida com <PESSOAS>
3	≡ <peessoas> = pessoas (1.6) os homens têm uma mani:a↑ (0.4) de organizar
4	<coisas> (.) ele vai atrás ele contrói-constrói prédio (.) ele faz foguetes↑ ele
5	constrói as pontes (1.0) ele cava bura:co ele faz as coisas (2.4) as mulheres
6	(0.4) querem educar pessoas.

Em meio a muitas e longas pausas na formulação da fala, muitos pontos da representação feminina são expostos no excerto acima. Primeiro, é apontada uma diferença fisiológica no desenvolvimento cerebral de homens e mulheres, o que interferiria no comportamento de ambos. Essa diferença é abordada como divina e proposital, ou seja, mais uma vez, natural. Ao afirmá-la como um fato, a explicação dela é veementemente enfatizada ao se dizer, na linha 3, que as mulheres, naturalmente, lidam com pessoas, termo repetido três vezes, em continuidade, todos com ênfase, os dois primeiros pausadamente e somente o terceiro com tom de voz altamente elevado. Nas linhas 6 e 7, há a atestação de uma suposta vontade natural da mulher (as mulheres (0.4) querem educar pessoas.), mesmo que ela não saiba acerca dela ou a negue. Às mulheres foi incumbida a “educação de pessoas”, no geral, sem restrições, ilimitando, então, essa capacidade. De novo, existe uma representação feminina arriscada, pois, como sabido, as representações causam efeitos sociais concretos. Então, o risco de uma representação como essa é influenciar as mulheres, ao aderirem a ela, a sentirem-se na responsabilidade de educar, não só filhos ou alunos, mas adultos também, e isso não está sendo

considerado em contexto acadêmico, mas em amplitude social. Levando em conta uma situação de violência doméstica, a mulher, tida como naturalmente apta a educar qualquer pessoa, pode sentir-se responsável pela situação por que passa, sentindo-se, ainda, a única capaz de mudar o comportamento pessoal do agressor, de educá-lo. Da mesma maneira, o erro de um filho, mesmo que ele seja adulto, é sempre imputado à mãe, ainda que ele também tenha pai, evidenciando, para além da naturalização dessa suposta capacidade feminina e da pressão social sobre a mulher neste quesito, a desigualdade de responsabilidades parentais.

A ancoragem argumentativa da suposta diferença fisiológica entre os gêneros, ainda que divina, encontra um outro atravessamento: **o discurso científico, afinal as informações são apresentadas como biológicas, mesmo que não sejam apresentadas fontes de validação.** Por conta disso, Marisa Lopes (2010, p. 85) ressalta que é de interesse da estrutura social, nas condições em que foi estabelecida, que se conceba a mulher “como um ser inacabado e imperfeito, naturalmente inferior ao homem e incapaz para a vida social e política”. Validando esse apontamento, nas linhas 4, 5 e 6 são elencadas algumas atividades representadas como masculinas (ele contrói-constrói prédio (.) ele faz foguetes↑ ele constrói as pontes (1.0) ele cava bura:co ele faz as coisas), que coloca as mulheres que ocupam essas funções fora da linha da normalidade, além de perceber essa realidade como anuladora de outra (as mulheres (0.4) querem educar pessoas.): ou se lida com coisas ou com pessoas, nunca com os dois.

Em contraposição à afirmação da definição de funções sociais como biológicas, naturais, as possíveis diferenças na fisiologia dos cérebros humanos

não são só o resultado de fatores biológicos. Níveis autodeclarados de feminilidade ou masculinidade também tiveram um papel na conexão entre as duas áreas do cérebro, sugerindo que as normas culturais de gênero podem afetar as respostas emocionais (GREGOIRE, 2015).

Ou seja, a autoafirmação de “ser mulher” e de “ser homem”, bem como a validação social quanto a isso e a valorização dos aspectos associados a cada gênero também influenciam o próprio funcionamento cerebral no que tange a aspectos psicológicos, a perspectivas sobre o mundo. Isso ratifica que o meio sociocultural é essencial na própria constituição dos sujeitos e de seus corpos.

Nenhuma representação é “pura”, influenciada por apenas uma ótica: elas são construídas em diversidade e despontam de maneira diferente de acordo com o meio com o qual o sujeito precisa assimilá-las. Assim sendo, além de atravessamentos puramente religiosos, as

representações religiosas são fortemente atravessadas por discursos políticos. Nesse sentido, o vídeo “O ódio ao feminino”, publicado em 2012, manifesta o seguinte:

**Excerto 11:** 10’40” a 11’06”

1	Porque a presidente Dilma é mulher a:h você que ↑é mulher↑ (.) preci↑sa
2	votar na presidente Dilma (0.3) porque ela é mulher (0.6) Não (1.0) você
3	não precisa↑ fazer isso (0.6) porque essa mulher (0.3) não é simplesmente
4	uma mulher ela é uma <esquerdista> (1.6) ela é uma <u>esquerdista</u> = e sendo↑
5	esquerdista (.) ela é <contra (0.3) os valores da família↑>

De início, é preciso contextualizar brevemente o Brasil de 2012. Naquele ano, a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), estava em seu segundo ano de mandato como presidenta do país, tendo sido eleita pela primeira vez nas eleições de 2010. Ela foi a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo político do Brasil, e isso gerou muitas discussões a respeito de vários temas. Enfocando a questão de papéis sociais de gêneros, a ex-presidenta já fugiu às normas sociais estabelecidas da representação estereotipada da Igreja ao adentrar um campo tido como masculino, que é a política. Contudo, para além dessa transgressão, Dilma não foi apenas distanciada do papel de mulher, mas, por ser de um partido de esquerda, ela foi assimilada à própria noção de esquerda, outro fenômeno político constituído em uma representação religiosa como contrário à Igreja. Tanto é verdade que o fato de ser partidária de esquerda foi mencionado e enfatizado nas linhas 3, 4 e 5 (essa mulher (0.3) não é simplesmente uma mulher ela é uma <esquerdista> (1.6) ela é uma esquerdista), inclusive a adjetivação “esquerdista”, dita pausada e enfaticamente, a afasta ainda mais da representação religiosa de mulher.

Para mais, o feminismo é representado pela Igreja como um movimento estritamente de esquerda, então, é feita a assimilação desses dois fatores para corroborar a representação do movimento feminista como antagônico aos valores da família, como observado nas linhas 5 e 6 (sendo↑ esquerdista (.) ela é <contra (0.3) os valores da família↑>). Quais seriam, então, esses valores? A plena aceitação da representação dos papéis de gênero, especialmente o papel da mulher como naturalmente predisposta a ser exclusivamente esposa, doméstica e mãe, bem como a aceitação da representação do feminismo como maléfico às mulheres e à sociedade como um todo em razão de sua suposta contrariedade à estrutura familiar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações são um conjunto de valores, normas e crenças que conceituam coisas e pessoas, ou seja, o mundo (MOSCOVICI, 2007, p. 213). Quando constituídas a partir de estereótipos, elas reduzem o que representam às suas diferenças, às suas incompatibilidades com o que é estipulado pelas instituições reguladoras hegemônicas, causando a exclusão dos grupos desprivilegiados no que tange a poderes sociais (HALL, 2016, p. 191). Por suscitarem consequências concretas no corpo social (ITUASSU, 2016, p. 13), especialmente as instituídas por instituições reguladoras que gozam de privilégios de poder, o estudo das representações torna-se relevante para a sociedade, vistos os seus possíveis efeitos temerários à sociedade como um todo, em especial aos grupos não hegemônicos. Dada a hegemonia institucional reguladora da Igreja Católica, este foi o meio escolhido para ser analisado quanto à representação do movimento feminista e dos papéis sociais das mulheres. Correspondendo à Igreja, o *site* Padre Paulo Ricardo possibilitou as análises representativas por meio de três vídeos. As representações, por outro lado, foram selecionadas vistas as crescentes discussões que emergem acerca dos temas, assim a importância social destes no que concerne a movimentações sociopolíticas, econômicas e culturais.

Por intermédio das marcas linguísticas perceptíveis nos materiais de análise, através da transcrição de determinados excertos, relacionadas com os estudos de representação, foi observada, de forma inegável, a divergência das representações sociais constituídas pelo cristianismo e pelo próprio feminismo no que concerne ao movimento feminista. Atravessada não somente pelo discurso religioso, mas também pelos discursos políticos e científicos, a representação cristã do feminismo e dos papéis sociais da mulher é estereotipada, homogeneizadora, logo excludente. Ela parte da naturalização das supostas funções femininas inatas e obrigatórias de ser mãe, esposa e doméstica, não sendo de sua ordem natural o interesse por política e trabalho externo, particularmente os relacionados a cálculos e áreas afins. As consequências sociais de representações desse teor são concretas e arriscadas, haja vista a possibilidade de manutenção de estruturas e situações opressivas e nocivas. Em contraponto, alguns *sites* explicitam as reais pautas do movimento feminista, que reivindica justamente a quebra desses estereótipos, libertando a mulher de obrigações socioculturais instituídas como naturais. Ademais, contrapõe-se a um sistema desigual de distribuição de poderes de inúmeras esferas sociais. Então, nesse sentido, a representação do feminismo e dos papéis da mulher instituída pelo próprio movimento feminista é atravessada, essencialmente, por discursos

políticos e jurídicos, estabelecendo-se como um movimento de resistência às muitas e desiguais regulações impostas às mulheres, logo, uma representação mais benéfica e menos repressiva.

Destarte, as representações constituídas pela Igreja Católica sobre o feminismo e sobre as mulheres e seus papéis sociais foram analisadas, ao passo que foram observados os atravessamentos discursivos que as ancoram, além de compará-las às representações constituídas pelo próprio movimento feminista. Isso foi possível pela observação analítica das estruturas lexicais e das características da própria fala expostas no *corpus*, haja vista sua composição audiovisual, mediante o apoio dos estudos de análise da conversação e possibilitada pela transcrição das falas sob as normas da Tabela de Convenção de Transcrição (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 272). Ao pontuar os atravessamentos discursivos que amparam as constituições representativas observadas, explicitaram-se as diferenças entre as representações religiosas cristãs católicas e as representações feministas no que tange aos temas abordados. Sob a luz do fato de as representações ocasionarem efeitos concretos na sociedade (ITUASSU, 2016, p. 13), foram apontadas, então, as possíveis consequências negativas, como a perpetuação de violências domésticas, por conta de representações estereotipadas.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Simone dos. 10 mentiras que contam sobre o feminismo nas igrejas. **Catarinas**, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/10-mentiras-que-contam-sobre-o-feminismo-nas-igrejas/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ANTICONCEPCIONAL provoca aborto? **Médico Responde**, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://medicoresponde.com.br/anticoncepcional-provoca-aborto/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. 106 p.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.772, de 19 de dezembro de 2018.** Altera a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm#art2). Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL é o país com mais fiéis católicos no mundo. **Fundação Nazaré de Comunicação**, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://fundacaonazare.com.br/fundacao-nazare/brasil-e-o-pais-com-mais-fieis-catolicos-no-mundo/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 16. ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 236 p.

DURAN, Marília Claret Geraes. Representações sociais: uma instigante leitura com Moscovici, Jodelet, Marková e Jovchelovitch. **Educação e Linguagem**, v. 15, n. 25, p. 228-243, jan./jun. 2012.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019. 388 p.

FEMINISMO: o maior inimigo das mulheres. **Padre Paulo Ricardo**, 02 fev. 2012. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/feminismo-o-maior-inimigo-das-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GARCEZ, Pedro de Moraes; BULLA, Gabriela da Silva; LODER, Letícia Ludwing. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 257-288, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/qYKYM9WrvyMjdKYhjGKHRNs/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2021.

GREGOIRE, Carolyn. Estas imagens expõem diferenças no cérebro do homem e mulher. **Exame**, 13 out. 2015. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/estas-imagens-expoem-diferencas-no-cerebro-do-homem-e-mulher/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016. 260 p.
- LOPES, Marisa. Para a história conceitual da discriminação da mulher. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 15, p. 81-96, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i15p81-96>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- MAGENTA, Matheus. O que é ser feminista? **BBC News Brasil**, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62551293>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, Laise Helena. 5 Motivos para ser Feminina e não Feminista. **Burke Instituto Conservador**, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/blog/feminismo/5-motivos-para-ser-feminina-e-nao-feminista/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- O ÓDIO ao feminino. **Padre Paulo Ricardo**, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/o-odio-ao-feminino>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- O QUE É FEMINISMO e 6 ideias equivocadas sobre o movimento. **Jornal DCI**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.dci.com.br/dci-mais/vida-e-estilo/universo-feminino/feminismo/10761/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- O QUE ESTÁ POR TRÁS do “empoderamento” das mulheres? **Padre Paulo Ricardo**, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/o-que-esta-por-tras-do-empoderamento-das-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blog Mulheres na Filosofia**, 2022. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- RIO DE JANEIRO. 10 coisas que você precisa saber sobre o anticoncepcional. **Secretaria de Saúde**, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/gravidez-na-adolescencia/noticias/2017/02/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-anticoncepcional>. Acesso em: 20 mar. 2023.